

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 160.739 - RS (2018/0231535-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**SUSCITANTE** : **DHB GLOBAL SISTEMAS AUTOMOTIVOS S/A - MASSA FALIDA**  
**SUSCITANTE** : **DHB-COMPONENTES AUTOMOTIVOS S/A - MASSA FALIDA**  
**SUSCITANTE** : **RSB BRAZIL HOLDING LTDA - MASSA FALIDA**  
**REPR. POR** : **MEDEIROS & MEDEIROS ADMINISTRAÇÃO DE PROCESSOS DE FALÊNCIA E EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO LTDA**  
**ADVOGADOS** : **JOÃO ADALBERTO MEDEIROS FERNANDES JUNIOR - RS040315**  
**NATHÁLIA LAÍS MICHEL COSTA - RS089182**  
**SILVIO LUCIANO SANTOS - RS094672**  
**LAURENCE BICA MEDEIROS - SP396619**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA EMPRESARIAL, RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS DE PORTO ALEGRE - RS**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DA 11A VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE - RS**  
**INTERES.** : **ANA LÚCIA NOGUEIRA**  
**ADVOGADO** : **FELIPE JOSE VICARI KELLER - RS059151**

**EMENTA**

*CONFLITO DE COMPETÊNCIA. FALÊNCIA. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. UNIDADE E INDIVISIBILIDADE DO JUÍZO FALIMENTAR. PRESERVAÇÃO DA VIS ATTRACTIVA E PAR CONDITIO CREDITORUM. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. PRECEDENTES DA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA VARA EMPRESARIAL, RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS DE PORTO ALEGRE/RS.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, em que são suscitantes as massas falidas de DHB GLOBAL SISTEMAS AUTOMOTIVOS S/A, DHB COMPONENTES AUTOMOTIVOS S/A e RSB

BRAZIL HOLDING LTDA e suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA VARA EMPRESARIAL, RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS DE PORTO ALEGRE - RS, no qual tramita os autos da falência e da *"ação de extensão de falência"*, e o JUÍZO DA 11ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE - RS, no qual tramita a reclamatória trabalhista nº 0020629-04.2015.5.04.0011 movida por ANA LÚCIA NOGUEIRA.

Noticiam os suscitantes que o Juízo de Direito da Vara Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências da comarca de Porto Alegre - RS decretou, em 11/07/2018 e após frustrado processo de recuperação judicial, a sua falência nos autos n.º 001/1.15.0040460-9.

Informam ainda que, à vista de inegável formação de grupo econômico, a massa falida ajuizou *"ação de extensão de falência"* em desfavor de DHB INDÚSTRIA e COMÉRCIO S/A (001/1.18.0080564-1).

Destacam que, ao convolar em falência a recuperação judicial, o Juízo de Direito da Vara Empresarial, Recuperação de empresas e Falência de Porto Alegre/RS determinou a expedição de ofício *"(...) ao juízo da 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, referente ao processo nº 0020629-04.2015.5.04.0011, para que obste qualquer ato de alienação referente ao imóvel matriculado sob o número 98.234 do Registro de Imóveis da 4ª Zona de Porto Alegre, devendo ser oficiado, ainda, a tal registro de imóveis para que conste, à margem da matrícula do bem, a indisponibilidade por ordem deste juízo e em razão deste processo, ficando as recuperandas autorizadas a retirarem os ofícios em Cartório para o devido encaminhamento"* (e-STJ, fls. 5/6).

Referem que, mesmo cientificado, o juízo laboral não atendeu ao conteúdo da comunicação feita pelo juízo universal, reafirmando a realização do leilão do imóvel designado para o dia 13/09/2018.

Suscitaram, por fim, o presente conflito de competência, requerendo que seja (fls. 25/26, e-STJ):

*a) determinado por este Tribunal de Justiça, como medida de cautela, a imediata suspensão do processo trabalhista e,*

*consequentemente, da hasta pública designada para o próximo dia 13/09/2018, a teor da redação apreçada no Art. 228 do Regimento Interno do TJ/RS;*

*b) declarado absolutamente incompetente o suscitado Juízo da 11ª Vara do trabalho da Comarca de Porto Alegre/RS para a prática de qualquer ato executório ou tendente à constrição ou expropriação de patrimônio que irá compor a Massa Falida;*

*c) declarada a competência universal para a cognição da matéria objeto do presente conflito como sendo o Juízo da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências de Porto Alegre/RS, onde atualmente tramita a demanda falimentar;*

*d) advertida à credora que restou publicado o edital de convocação em falência das empresas suscitantes – em 13.07.2018, oportunizando aos credores a o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentarem suas habilitações de crédito diretamente à Administração Judicial.*

Deferido o pedido liminar, foi sobrestado o feito, designando-se, temporariamente, o juízo da falência para decidir sobre as medidas urgentes (e-STJ, fls. 47/50).

Expedidos ofícios aos juízos suscitados, foram prestadas as devidas informações.

Manifestação da interessada às fls. 92/120 e 128/130 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opinou pela declaração de competência do Juízo da falência.

É o breve relatório.

Decido.

Com fundamento na orientação contida na Súmula 568/STJ, estou em proceder ao julgamento monocrático do presente conflito, tendo em vista a existência de precedentes acerca da questão ora discutida e a necessidade de desbastarem-se as pautas já bastante numerosas da Colenda 2ª Seção.

De início, cumpre referir apenas que, do que consta dos autos, há decisão judicial proferida na "ação de extensão de falência" nº 001/1.18.0080564-1 reconhecendo a existência de grupo econômico entre a Massa Falida e a DHB INDÚSTRIA e COMÉRCIO S/A, motivo porque determinou a

indisponibilização dos seus bens para eventual arrecadação no processo falimentar.

No mais, conforme me referi quando da apreciação do pedido liminar, para a solução do incidente, merecem prevalência as disposições dos artigos 6º, § 2º, e 76 da Lei n.º 11.101/05. A principiologia dos referidos éditos legais está voltada à unidade e indivisibilidade do juízo falimentar, prestigiando a *vis attractiva* e a *par conditio creditorum*.

Ademais, em casos análogos examinados pela Colenda Segunda Seção do STJ, a jurisprudência tem invariavelmente reconhecido pertencer ao juízo universal a competência para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da Massa Falida.

A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. FALÊNCIA.*

*TERMO LEGAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. BEM IMÓVEL PRACEADO PELO JUÍZO TRABALHISTA. DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA. PRODUTO ARRECADADO PELO JUÍZO TRABALHISTA SEM REMESSA AO JUÍZO FALIMENTAR. NECESSIDADE. CONFLITO CONHECIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.*

*1. Trata-se de conflito de competência suscitado por empresa submetida ao processo de falência, que teve seu bem imóvel praceado pelo Juízo Trabalhista.*

*2. A jurisprudência do STJ tem entendimento firmado no sentido de que os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas em falência ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-lei nº 7.661/45 ou da Lei nº 11.101/05, devem ser realizados pelo Juízo Universal, ainda que ultrapassado o prazo de 180 dias de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/05. Precedentes.*

*3. O valor arrecadado com o praceamento do bem da falida no Juízo Trabalhista deve ser remetido ao Juízo falimentar, a quem compete a administração dos bens daquela, bem como o pagamento dos débitos por ela contraídos e apurados no âmbito do processo de falência.*

*4. Conflito de competência conhecido para declarar a competência do Juízo Falimentar. (CC 146.657/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2016)*

**CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. FALÊNCIA. JUÍZOS CÍVEL COMUM E FALIMENTAR. AÇÃO DE USUCAPIÃO. PERDA PATRIMONIAL IMEDIATA. BEM IMÓVEL ARRECADADO PELA MASSA FALIDA.**

1. O eventual acolhimento do pedido na ação de usucapião acarreta perda patrimonial imediata, ou seja, perda da propriedade do imóvel, gerando enorme prejuízo para os credores da massa falida. Assim, deve-se reconhecer a competência do juízo universal da falência para apreciar demandas dessa natureza.

2. "A arrecadação é ato de apreensão judicial executiva que visa à guarda e conservação dos bens do falido para futura alienação, em benefício dos credores. Sendo assim, nada mais coerente que todas as questões relacionadas aos bens arrecadados sejam decididas pelo juízo falimentar." (CC 84.752/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/06/2007, DJ 01/08/2007, p. 433) 3. Conflito de competência não conhecido em relação aos Juízos da 16ª e 17ª Varas Cíveis de Brasília/DF e, quanto ao incidente suscitado em face do Juízo da 11ª Vara Cível de Brasília/DF e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, conflito conhecido para declarar a competência do Juízo da 11ª Vara Cível de Goiânia/GO. (CC 114.842/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/02/2015, DJe 03/03/2015)

**PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS DE DIREITO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO.**

ART. 49, § 3º, DA LEI N. 11.101/2005. BENS ESSENCIAIS ÀS ATIVIDADES ECONÔMICO-PRODUTIVAS. PERMANÊNCIA COM A EMPRESA RECUPERANDA. ART. 6º, § 4º, DA LEI N. 11.101/2005. RETOMADA DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. Com a edição da Lei n. 11.101, de 2005, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor.

(...)

*3. No normal estágio da recuperação judicial, não é razoável a retomada das execuções individuais após o simples decurso do prazo legal de 180 dias de que trata o art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005.*

*4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no CC 127.629/MT, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/04/2014, DJe 25/04/2014)*

Nessa mesma linha de consideração, os seguintes precedentes: AgInt no CC 148.987/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/09/2017, DJe 21/09/2017; CC 130.994/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/08/2014, DJe 19/08/2014; e EDcl nos EDcl no AgRg no CC 109.541/PE, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 16/04/2012.

Por fim, destaco, por oportuno, que (a) a circunstância de o crédito da interessada ter sido classificado como extraconcursal em nada modifica o entendimento aqui manifestado (v.g., AgRg nos EDcl no CC 136.571/MG, 2ª S., Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe de 31/05/2017); e (b) a manutenção da apreensão do bem imóvel de propriedade da DHB INDÚSTRIA e COMÉRCIO S/A, observada a decisão judicial vigente nos autos da "ação de extensão de falência" nº 001/1.18.0080564-1, pelo juízo laboral malograria o cumprimento do plano de realização dos ativos traçado pelo juízo universal.

**Ante o exposto, conheço do conflito para declarar a competência do JUÍZO DE DIREITO DA VARA EMPRESARIAL, RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS DE PORTO ALEGRE - RS para quaisquer exames relativos a pagamento de débitos das suscitantes e da DHB INDÚSTRIA e COMÉRCIO S/A, além da constrição do seu patrimônio relacionados à reclamatória trabalhista n.º 0020629- 04.2015.5.04.0011 movida por ANA LÚCIA NOGUEIRA.**

Comuniquem-se as autoridades judiciárias em conflito.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

Relator

